2

Nação e Cidadania no Império

A Pedro que veste os nus,
Que dá pão aos que têm fome,
Que educa os míseros órfãos,
Acrescenta Império e nome.

Tu nos salva Pedro,
Da Pátria Esperança,
Íris do Brasil,
Symb'lo de bonança.

Ah! Concede-lhe que veja,
Crescer mais, de dia em dia,
Nos corações brasileiros
O amor à Monarquia.

Tu nos salva Pedro,
Da Pátria Esperança,
Íris do Brasil,
Symb'lo de bonança.

Hymno

Para o Collégio de Pedro II, por um Bahiano (1838)¹

Tu nos salva Pedro, da Pátria Esperança. O imperador menino, de fato, estava envolto por um simbolismo bastante forte mesmo antes de assumir o trono em 1840: a sua imagem aparecia como a forma mais sólida em torno da qual se tentaria consolidar um projeto nacional. Não esqueçamos o contexto recente: abdicação, regências, revoltas nas províncias, Ato Adicional de 1834, dentre mais uma série de outros problemas que se apresentavam à nova nação em formação, tendo como principais a manutenção da unidade e da ordem social. Desde a independência a idéia de monarquia era fortemente aceita pela massa da

¹ Biblioteca Nacional, Seção de Obras Raras, 99B, 4, 1.

população e pelas classes dirigentes, essas últimas principalmente pelas perspectivas de afirmação política.² A opção pelo regime monárquico foi, nesse sentido, um dos passos na realização desse projeto.³ Esse passo, no entanto, teria sido apenas o começo, o primeiro na *construção* da nação. Após a independência e findo o período das regências teria início um segundo passo, quando ganharia forma a idéia de *brasileiro* enquanto *povo* que começava a se constituir e que por sua vez depositava no jovem imperador nascido em terras brasileiras a sorte do seu novo país.⁴

Hinos como o que inicia este capítulo, somados a brasões, pavilhões e a própria família imperial faziam parte de todo um ritual simbólico que visava garantir uma homogeneidade cultural em torno da *monarquia*, do *Estado* e da *nação brasileira*. Tarefa nada fácil, de fato, mesmo para os contemporâneos. Apenas numa frase colocamos em destaque termos com significados extremamente ambíguos na época e que passaram por profundas mudanças em seus sentidos apenas no período monárquico brasileiro, de 1822 até 1889, quando da proclamação da República.

Tomemos o termo “brasileiro”, por exemplo, quando passa a ser associado àquele *povo* que faria parte de um novo Estado americano formado a partir da união dos antigos territórios da América portuguesa, independentes desde 1822. O “continente do Brasil” ainda podia ser visto como uma espécie de “mosaico”, cujas partes possuíam, em sua maioria, vínculos mais fortes com Lisboa do que com o Rio de Janeiro nos primeiros anos do Império já autônomo. Da relação antes diretamente realizada entre as capitanias da América portuguesa com Lisboa passou-se para outra no período independente que as subordinava ao Rio de

² Maria Odila Leite da Silva Dias. A interiorização da metrópole. In Carlos Guilherme da Mota. *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1986, p. 176-177.

³ José Murilo de Carvalho. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Os outros passos seriam a manutenção da escravidão e dos privilégios do grupo agro-exportador dominante na colônia após a emancipação política. Detalharemos essas questões à frente.

⁴ Ainda no período do Império Ultramarino português circulava a idéia de grandiosidade do mesmo, visão que parecia ser confirmada pelas vastas possessões territoriais de Portugal e que possuía respaldo em mitos e histórias sobre a magnitude do país desde pelo menos o século XIV. Após o período pombalino, em meados do século XVIII, tal visão foi reforçada e deslocada para as terras americanas como supostas herdeiras da magnificência portuguesa. Muitos dos homens que pensaram a independência já no século XIX – dentre eles José Bonifácio de Andrada e Silva, o “patriarca da independência” – entraram em contato com esse pensamento no período de sua formação intelectual e política em Coimbra. Soma-se a isso a concepção política do Brasil independente enquanto *Império*, modelo de grandiosidade e também representação mais próxima do imaginário popular, marcado desde tempos coloniais por imperadores e reis, como o da festa do Divino. Retomaremos esses pontos à frente.

Janeiro, inicialmente de forma tímida durante o período joanino, dentro da lógica colonial, já que a cidade se transformara na capital do Império Ultramarino português em 1808, e, mais radicalmente, após a independência em 1822. Assim, hierarquizavam-se as capitanias, desde então províncias, submetidas a um novo centro “difusor das luzes e da civilização” de acordo com os também novos ideais de nação requeridos. Relações identitárias – locais e mais amplas, como entre as capitanias entre si – começavam a passar por grandes transformações.

Não é uma questão fácil para o historiador hoje definir esses processos e termos, e muito menos o era naquele tempo, fossem os contemporâneos historiadores ou não. Políticos, burocratas, viajantes, pessoas comuns, em nenhuma fala desses atores sociais aparecia definido ao certo o que caracterizava o Brasil e principalmente quem eram os “brasileiros”, esse “povo” que habitava a nova “nação”. Certa identidade portuguesa, vigente até o início do século XIX e que conseguia de alguma forma acomodar tensa ou confortavelmente as identidades locais das “pátrias criadas pela colonização”, após a independência começara a ser usada negativamente:⁵ sabia-se que não se era mais ou puramente português, e isso definia o brasileiro. Identidade por exclusão, comparativamente ao outro.⁶ No entanto, uma vez adepto da causa brasileira, mesmo esse outro perdia seu lado negativo e era logo incluído como parte da nação em formação. Isso servia para brasileiros e portugueses igualmente.

Além de “brasileiro”, outros termos polissêmicos como nação, território e país sofreram com as mesmas ambigüidades de significados daquele momento. Mesmo a idéia de *Império* brasileiro vinha pautada também relativamente aos outros, representados nesse caso pelas repúblicas que se formavam a partir das antigas colônias espanholas na América, repúblicas essas que seriam progressivamente vistas como símbolos maiores da revolta e da desordem. Nesse entendimento, o Brasil, diversamente, teria encontrado através de sua opção monárquica uma forma de manter a ordem social e os privilégios políticos de sua classe senhorial, opção essa que decorreria do processo anterior, já em curso, de interiorização da metrópole observado desde a vinda da Família Real portuguesa

⁵ István Jancsó. Independência, Independências. In Idem (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 25.

⁶ Esse outro poderia ser identificado também no elemento inglês, antagonista e alvo de críticas devido às influências daquele país na questão do regime escravista brasileiro através da pressão pelo fim do tráfico de escravos. Esse conflito, porém, se apresentaria de forma mais intensa apenas na década de 1840.

para a colônia. Segundo análise clássica de Maria Odila da Silva Dias, nesse processo vinham sendo consolidados diversos interesses em torno da burocracia centralizada no Centro-Sul da colônia, majoritariamente no Rio de Janeiro.⁷

Dessa forma, estruturado a partir da organização administrativa montada pela Família Real portuguesa no Rio de Janeiro, o Estado monárquico brasileiro passaria por um processo de mudança controlada. Dentre as continuidades que nele puderam ser percebidas – mesmo por aqueles que viveram a época – a manutenção da ordem estava acima de qualquer outro problema. “A unidade, avalizada pela monarquia, era meio eficaz de preservar a ordem”, destaca José Murilo de Carvalho ao pensar a formação do estado monárquico brasileiro.⁸

Assim, os diferentes grupos antes unificados pelos interesses favorecidos pela presença da Corte portuguesa quando de sua permanência no Brasil começariam a tecer relações sociais mais intensas a partir da Revolução do Porto. Essa revolução, ocorrida em 1820 naquela cidade portuguesa, buscava recentralizar a direção do Império português a partir de Lisboa, tirando desses grupos coloniais o poder de barganha que haviam conquistado. Assim, burocratas, negociantes e proprietários rurais do Centro Sul da colônia americana, grupos que já circulavam ao redor da Família Real portuguesa desde 1808, veriam ameaçados seus privilégios após o retorno de Dom João VI para Portugal, o que os levou a trazer à tona a idéia de Estado e igualdade jurídico-política, ainda assim dificultada pela política das Cortes lisboetas convocadas pela Revolução do Porto.

Na visão de Ilmar Rohloff de Mattos, teve-se uma mudança de perspectiva por parte desses grupos senhoriais, que passariam a considerar como antagonistas não apenas as Cortes de Lisboa, mas também os outros grupos que, na colônia, dificultariam a formação de uma comunhão de interesses que continuasse a os favorecer – principalmente os colonos e proprietários escravistas fora do eixo Rio de Janeiro-Vale do Paraíba, além da malta urbana e dos escravos potencialmente “insurretos”. Deste modo, controlados os antagonistas, consolidava-se sua direção enquanto classe dirigente – a *classe senhorial*, composta pela alta burocracia política imperial, pelos proprietários rurais das mais diferentes regiões do Império mas que seguiam os parâmetros sugeridos pelos dirigentes imperiais, e igualmente

⁷ Dias, *A interiorização da metrópole*, p. 169-172. Ver também a análise de Ilmar Rohloff de Mattos sobre a formação da classe senhorial neste período em sua obra *O Tempo Squarema*. São Paulo / Brasília: Hucitec / INL, 1987, especialmente o primeiro capítulo, “O Império do Brasil”.

⁸ Carvalho, *A Construção da Ordem*, p. 18.

uma gama distinta de atores, como literatos, professores, médicos e advogados. Tais atores aderiram aos princípios de ordem e civilização da monarquia, tomando-os assim como guia para as suas ações e auxiliares ideológicos para que tal grupo se mantivesse unido durante a maior parte da monarquia brasileira, ligando intimamente sua formação enquanto classe a própria formação do Estado monárquico brasileiro.⁹

Além da monarquia, outra dessas continuidades fora a escravidão, fundamental para a economia e sociedade do Estado imperial ao mesmo tempo em que se tornava limite para a formação de uma cidadania mais ampla entre os seus habitantes. Segundo István Jancsó, o novo país se organizava como

unidade de diversidades, a um só tempo modelado por suas contradições e modelando-lhes o significado, unidade organizada em torno do vetor estruturante dos interesses de classe de seus múltiplos estratos sociais dominantes e, por consequência, dos conflitos de interesse entre eles: o escravismo.¹⁰

A generalização do escravismo e a manutenção do sistema de grandes propriedades puderam servir de pilares para o argumento que reforçava a idéia de uma “coesão brasileira” através da monarquia, o que por sua vez garantiria a supremacia do homem branco no Império. Isso, porém, não permite dizer que a escravidão por si só explique a *opção* pela monarquia. José Murilo de Carvalho salienta que a fragmentação da colônia em diferentes países poderia fortalecer a escravidão em algumas províncias, mas não em todas. Citando José Bonifácio, é ainda Carvalho quem diz que a unidade foi o preço a pagar pela escravidão e não o contrário. Mais intensos e reais foram o medo da possibilidade de uma guerra civil e das mudanças sociais que poderiam advir a partir daí, assim como o reforço do projeto, já antigo, de se construir no Brasil um grande e poderoso império.¹¹

Um marco anterior porém determinante para as mudanças que se seguiriam fora a já citada Revolução do Porto de 1820. Com a convocação das Cortes do Império Português mais uma vez se modificavam a relação de forças e identidades entre as partes da Monarquia portuguesa no período (1808-1820).

⁹ Ilmar Mattos, *O Tempo Saquarema*, p. 3-4; 54-57.

¹⁰ Jancsó, *Independência, Independências*, p. 27.

¹¹ Carvalho, *A Construção da Ordem*, p. 19. Sobre esse assunto ver também Maria de Lourdes Viana Lyra, *A Utopia do Poderoso Império. Portugal e Brasil: bastidores da política (1798-1822)*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

Essa nova conjuntura política, marcada por intensas agitações, abria novas possibilidades de pensamento e de *ação* – novos *horizontes de expectativas*, fazendo uso de termo debatido por Reinhardt Koselleck¹² – aos contemporâneos: as divergências políticas passariam cada vez mais a serem expostas em público, sobretudo através da imprensa, bem como novas sociabilidades começariam a ser tecidas em meio a essas mudanças.

As formas de sociabilidades anteriores seriam também ressignificadas a partir do momento em que se ampliou de forma considerável o espaço público, de forma que tornava possível a construção de uma nova opinião pública – pensada não apenas como ampliação da difusão de idéias entre os elementos letrados da sociedade mas também a sua passagem desses letrados para o *povo rude* e vice-versa.

Marco Morel, em estudo de sua autoria, nos apresenta uma visão diferente das formas de pensar as idéias no espaço público, bem como dos sentidos das associações surgidas entre os anos da independência e da maioridade, considerado por ele o período de “explosão da palavra pública” no Brasil.¹³ Jornais conviviam com pasquins, folhetos, escritos gerais, manifestos e cartas, além de gestos e vozes, todos atuando como potenciais inflamadores da opinião pública, sensível a tais discursos. Morel nos chama a atenção para o fato de ter havido certa frequência na circulação desses “papéis incendiários”, somado à sua ampla divulgação entre diversos segmentos da população, o que transforma a visão tradicional sobre a recepção e circulação das idéias naquele momento histórico.

Analisando os relatos de época, Morel percebera que todos os grupos sociais urbanos se fizeram presentes no debate público de então, escravos e libertos inclusive. O uso em cartazes e panfletos de uma linguagem visual servia para facilitar a incorporação de analfabetos ao debate. E é nesse sentido que o espaço do Teatro se tornou naquele momento o local por excelência da política e da exibição pública. Ali se teatralizava a política, assim como se fortaleciam e também se refaziam os laços de sociabilidade. Ali o público se tornava ator político, inclusive a “multidão anônima” que se aglomerava no entorno do teatro São Pedro de Alcântara em dias de manifestações no local. Aparecendo cada vez

¹² Reinhardt Koselleck. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-Rio, 2006.

¹³ Marco Morel. *As transformações dos espaços públicos: Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

mais como espaço por excelência do embate de idéias, as palavras e gestos expostos no teatro ou nas ruas

alteravam a cena pública e poderiam trazer certa desmoralização ou desmistificação das formas de controle oficial e de personagens importantes, tocando, portanto, nos laços e relações de poder, afetando as regras de respeito e obediência e compondo, assim, uma intervenção política nestes momentos iniciais de elaboração da ordem nacional.¹⁴

Todavia, segundo Jancsó, os vetores de experiência acumulados em ambiente de *ancién regime* ainda imporiam sua marca. A escravidão, assim como a exclusão social e política daqueles que não atendiam aos critérios corporativos de diferenciação da *boa sociedade* (status) foram os exemplos mais claros.¹⁵

Seguindo a mesma linha de raciocínio, José Murilo de Carvalho também levanta a questão das continuidades que, herdadas da colônia, restringiam o espaço de participação política. Para ele, a escravidão e a grande propriedade atuaram enquanto fortes barreiras¹⁶ mesmo no período do processo de independência que por isso mesmo ter-se-ia dado com relativa tranqüilidade a partir de um pacto entre uma elite política majoritariamente fluminense, a coroa portuguesa e a Inglaterra na concepção do autor.¹⁷ Nesse sentido, a participação popular foi mobilizada por essas elites visando inseri-las de forma controlada em

¹⁴ Morel, *As transformações dos espaços públicos*, p. 239.

¹⁵ Jancsó, *Independência, independências*, p. 45-47.

¹⁶ O autor também levanta a questão da instrução, extremamente limitada na colônia e mesmo nos primeiros anos do país independente. Oferecida principalmente pelos jesuítas, que privilegiavam certo catecismo em detrimento de uma instrução mais ampla, tal organização escolar básica fora desarticulada quando da expulsão dos jesuítas do Império português pelo marquês de Pombal em 1769. Com relação ao ensino secundário, alguns Seminários remanescentes dariam uma formação “equivalente”. O ensino superior só era possível, por sua vez, no exterior, tendo número significativo de “brasileiros” freqüentando os cursos oferecidos pela Universidade de Coimbra, em Portugal, preferencialmente Direito. Discutiremos essas questões mais a fundo no próximo capítulo.

¹⁷ Herança da coroa portuguesa, a burocracia instalada no Rio de Janeiro, logo envolta por grupos agro-exportadores da cidade e membros da elite colonial, auxiliaria na manutenção da unidade e da estabilidade uma vez que possuía um grau considerável de homogeneidade social e de treinamento. Recrutada entre os grupos agro-exportadores da colônia, treinada e socializada na Universidade de Coimbra, onde adquiria a formação jurídica que servia como passe de entrada para o funcionalismo do Estado, essa elite política colonial teria permitido a manutenção de continuidades após a Independência, pensada por ela com apoio da Inglaterra em sua política contra o antigo sistema colonial. Tais continuidades teriam servido, inclusive, para aumentar o grau de coesão daquela elite, possibilitando-lhe maior estabilidade para governar. Carvalho, *A Construção da Ordem*, p. 34-40.

seus respectivos interesses,¹⁸ facilitando dessa forma certa continuidade social.¹⁹

Ainda segundo Carvalho

A continuidade propiciada pelo processo de independência, pela estrutura burocrática e pelo padrão de formação de elite herdados de Portugal certamente deu ao Estado imperial maior capacidade de controle e aglutinação do que seria de esperar de simples porta-voz de interesses agrários.²⁰

Ainda com relação ao escravismo, uma forte dubiedade também era marcante, visto que tal sistema era concebido como de ordem privada, apesar de legitimado apenas através da ordem pública. Como destaca Luiz Alencastro, possuir escravos estava ligado a uma questão de privilégios, o que levava esse caso a ser concebido pelos contemporâneos como um problema de foro íntimo. Havia, porém, sérios limites para a realização plena de tal concepção, uma vez que o escravo era um bem que enquanto tal era vendido, comprado, tributado e por isso precisava ser captado pela malha jurídica do Império. Segundo o autor, “o escravo é um tipo de propriedade particular cuja posse e gestão demandam, reiteradamente, o aval da autoridade pública”.²¹ A partir de tal organização uma intensa rede de clientelismo seria tecida, perpassando todos os *mundos sociais* do Império, definindo a partir daí fortes laços de sociabilidade (inclusive no que se refere ao ensino, e mesmo ao Colégio Pedro II, conforme discutiremos no capítulo

¹⁸ Incluindo parcialmente os escravos, houve uma forte mobilização política – de libertos igualmente – desde o período da independência, processo que ganhou organicidade durante o primeiro reinado e se fortaleceu no período das regências. Nesse “jogo político” todos participaram, ainda que fossem as elites que dessem a *direção* do processo. No que se refere ao período da independência ver Morel, op. cit. Para o período das regências consultar Marcello Otávio Neri de Campos Basille, *Anarquistas, rusgientos e demagogos: os liberais exaltados e a formação da esfera pública na Corte Imperial (1829-1834)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, Departamento de História, 2000 e Ivana Stolze Lima, *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001 (principalmente o capítulo 1, “As cores dos cidadãos no teatro do jornalismo: política e identidade no Rio de Janeiro, 1831-1833”).

¹⁹ José Murilo de Carvalho. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 21-28.

²⁰ Carvalho, *A Construção da Ordem*, p. 41-42.

²¹ Luiz Felipe de Alencastro. Vida e ordem privada no Império. In Idem (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. Volume 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 16.

3). Novos limites, apesar das brechas,²² se teciam a partir daí com relação à definição da cidadania no período monárquico.

Essas brechas, no entanto, faziam parte do próprio sistema monárquico. Enquanto “sociedade de corte”, favores e intercessões da família imperial eram comuns na organização e manipulação de interesses políticos de cada momento, ainda que tal formato político estivesse mais voltado visando a cooptação dos estratos superiores do Império. Formar-se-ia assim o que seria identificado por Ilmar Mattos como a *boa sociedade* imperial, grupo responsável pelo caráter *civilizado e culto* do Império que se formava nos trópicos.

Desde os tempos coloniais os territórios portugueses na América vinham passando por um “banho de civilização”, nos termos de Lília Schwarcz, incluindo a heráldica, que já fazia parte da tradição da casa real de Bragança. Nessa cruzada de nobilitação, os favores devidos pela família imperial seriam pagos com títulos e honras, dando aos “nobilitados” um título que assim adquiriria um caráter mais de projeção do que honorífico, como eram em sua origem. Enquanto símbolos de projeção e prestígio, tais títulos de nobreza ganhavam força durante o segundo reinado, período de maior distribuição dos mesmos majoritariamente entre fazendeiros e políticos, mas também entre homens de ciência: nesse período dom Pedro II consolidava assim o projeto monárquico da “corte imperial”.²³

Segundo Norbert Elias, na formação da boa sociedade – estrato superior, topo das hierarquias inerentes às sociedades de corte – grupos são destacados dos campos circundantes. Para Elias, “esse isolamento, esse pertencimento à ‘boa sociedade’ estão entre os fundamentos constitutivos tanto da identidade social como da existência social”.²⁴ Essa existência seria facilitada, no caso brasileiro, pela sua origem em uma “sociedade aristocrática de corte” e que teria como centro de sua rede de relações sociais a família imperial – mais especificamente a figura do Imperador, principalmente dom Pedro II no segundo reinado, cuja imagem vinha sendo trabalhada desde as regências e que se confirmaria como aglutinadora

²² Brechas aqui pensadas como aquelas relações sociais e políticas favorecidas por relações de compadrio, parentesco e dependência comuns à época. Cf. Richard Graham. *Clientelismo e Política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

²³ Lília Moritz Schwartz. *As Barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 159-179. Muitos desses títulos, no entanto, eram comprados, o que fortalece a teoria sobre importância dos mesmos para um “consumo de prestígio” numa sociedade de corte. Retomaremos o ponto a frente.

²⁴ Norbert Elias. *A Sociedade de Corte. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 111.

por excelência da nação após 1840, quando tomara posse do trono ainda menino. Buscava-se dessa forma projetar uma identidade comum a esse grupo. O poema em homenagem ao Colégio Pedro II que inicia o capítulo é apenas uma entre várias formas de tornar visível a unidade da monarquia através de seu Imperador. A formação do bacharel – grupo de destaque entre o círculo de letrados do Imperador –, nesse sentido, foi marcada pelo mesmo processo de consolidação de identidades.

Montado o aparelho administrativo do Estado independente, a manutenção de relações de patronagem e clientela, heranças dos tempos coloniais e parte do sistema monárquico, impediriam a racionalização do aparelho burocrático estatal brasileiro, pensando tal racionalização de acordo com a acepção de Max Weber.²⁵ É nesse sentido que, segundo Emília Viotti da Costa, tal sistema de clientela jogaria para “debaixo dos panos” as contradições inerentes ao sistema. Aí entram em cena os bacharéis, figura conciliadora, segundo a autora, que complementa:

[O bacharel] Aceitou com entusiasmo idéias novas, apoiou movimentos políticos dissidentes e se fez emissário do progresso – mas de um progresso que pretendia fosse filtrado pela tradição. De maneira geral, no entanto, o bacharel, ao contrário do que se tem afirmado, não se opôs ao patriarca, apenas conciliou. [...] Quando muito, colocou-se a serviço dos setores mais progressistas das oligarquias, participando dos movimentos reformistas característicos do período 1870-1889, tais como a reforma eleitoral, a Abolição e a República.²⁶

A formação desse bacharel desde os tempos coloniais auxiliava na sua inclusão no mundo do governo ainda que favorecido por relações de clientelismo. A criação do Colégio Pedro II e o controle rigidamente centralizado pela monarquia dos estudos superiores no Império marcariam um novo momento do mesmo processo de captação da *elite letrada* do Império, consolidando a formação do cidadão pleno, tipo ideal, no período monárquico brasileiro.

²⁵ O autor estuda o Estado a partir de sua configuração moderna no momento do capitalismo do século XIX. Neste sentido, a burocracia, que já existia em Estados monárquicos, aparece como “alicerce” desse novo Estado, burocracia que se organiza através de procedimentos meritórios, automatizando assim o Estado da influência do poder real. Dessa forma o Estado aparece como campo de disputa entre forças distintas, entre grupos que, na luta, tornar-se-ão hegemônicos. Cf. Max Weber, *Ensaio de sociologia*. Organizado por Hans Heinrich Gerth e C. Wright Mills. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

²⁶ Emília Viotti da Costa. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 8ª Ed. São Paulo: UNESP, 2006, p. 14.

O termo *elite letrada* fora pensado pelo crítico uruguaio Angel Rama como um grupo social específico de intelectuais que além de traduzir o poder daria organicidade a ele, usando como instrumentos a manipulação de símbolos representantes desse poder – a cidade como um deles. Um caráter quase sacerdotal complementava a formação dessa elite, reforçado pelo fato de em sua origem tal grupo ser recrutado preferencialmente entre setores eclesiásticos que agiriam em nome das monarquias em sua ação civilizatória nas colônias – no caso estudado por Rama, principalmente as da Espanha nas Américas.²⁷

Uma vez nas colônias, tal elite, ilha de letrados em um mar de analfabetos, poria em cena de forma orgânica uma série de símbolos de poder, alimentados por sua vez nas respectivas tradições locais. Além de tal isolamento ter favorecido a socialização dessa elite, a manipulação de símbolos dava a ela a capacidade de organizar e normatizar a vida das suas comunidades, opondo-se aos particularismos pré-existentes e levando-a a agir sobre a vida real. Nos termos de Rama, a *cidade letrada*, enquanto grupo responsável pela manipulação de símbolos e significações da *cidade real* vai ordenar e interpretar tais símbolos de forma a promover novas leituras – *controladas* – podendo assim construir a ordem por ela concebida.²⁸ Tal seria a função do grupo cooptado pela monarquia no Brasil e simbolizado na imagem do bacharel: ordenar os símbolos disponíveis à nação, de forma a *recriar* uma tradição e assim fortalecer a imagem e auto-imagem do Império civilizado, da corte nos trópicos, dos *brasileiros*.

A construção de uma auto-imagem ganharia força durante o segundo reinado, auxiliada pelo desenvolvimento da fotografia no país, mas que desde o começo do século XIX já se via representada através da pintura em quadros com figuras da natureza e do cotidiano. O país, de certa forma, começava a se auto-conceber enquanto representante da civilização nos trópicos – já que antes tal concepção ainda se prendia a uma imagem feita por estrangeiros, como Auguste de Saint-Hilaire, Jean Baptiste Debret, dentro outros –, resultado também do projeto imperial da criação de instituições que abrigariam a elite letrada do Império, protegida pelo Imperador. Locais como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o próprio Colégio Pedro II ganhariam destaque e

²⁷ Ángel Rama. *A Cidade das Letras*. Traduzido por Emir Sader. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 40-41.

²⁸ *Ibid.*, p. 50-53.

construiriam um *novo olhar* sobre o Brasil que, no entanto, permanecia marcado pelas idéias de natureza e ainda teria o Rio de Janeiro como síntese desse conjunto.²⁹

Buscaremos neste capítulo analisar, de forma resumida, quais eram as acepções de cidadania em questão no período de vai desde a Independência até a maioria do segundo imperador, dom Pedro II, em 1840. Tal recorte se justifica pelo motivo de serem debatidas naquela ocasião, de forma intensa, idéias essenciais que seriam balizares para se pensar futuramente o Estado imperial, principalmente quando de sua “consolidação” na década de 1850. Nesse sentido, elegemos a Constituinte de 1823, a lei sobre instrução de 1827, o Ato Adicional de 1834 e a criação do Colégio Pedro II em 1837 como momentos importantes desse processo de definição da cidadania.

2.1

A nação e seus cidadãos

O Império do Brasil é a associação política de todos os cidadãos brasileiros.
Constituição de 1824.

Havia um país chamado Brasil; mas absolutamente não havia brasileiros.
Auguste de Saint-Hilaire, 1833.

O Brasil não tem povo.
Louis Couty, 1881.³⁰

Cidadãos, brasileiros, povo: três termos bastante ambíguos na época, apesar dos dois primeiros figurarem na Constituição do novo país. A idéia de povo, apesar de não constar no trecho da Constituição, fez-se presente de forma intensa nos debates da Assembléia Constituinte antes de sua dissolução e

²⁹ Sobre as imagens do Império, representadas através de fotos e figuras e que assim poderiam corresponder a representações e auto-representações de seus atores e/ou atores, ver Ana Maria Mauad, Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado. In Alencastro, *História da Vida Privada no Brasil*, p. 182-231.

³⁰ O trecho faz parte do livro do biólogo que ensinava no Brasil Louis Couty, *A escravidão no Brasil*, publicado em 1881 e citado por Carvalho, *Cidadania no Brasil*, p. 64. Carvalho realça, porém, o limite de tal assertiva, uma vez que Couty tomava apenas o critério do voto como possibilidade de pensar a cidadania ativa.

igualmente no período colonial, quando das discussões parlamentares nas Cortes de Lisboa. Apesar daquela Constituição outorgada pelo imperador em 1824 definir que o Império do Brasil era composto pela associação desses chamados “cidadãos brasileiros”, o viajante, naturalista e pintor francês Saint-Hilaire, que veio para o Brasil como integrante da Missão Artística Francesa em 1816 e viveu em terras brasileiras até alguns anos posteriores à declaração de independência do país (1831), nos apresenta em sua fala uma questão complicada sobre o mesmo tema: em seu ponto de vista de viajante e, principalmente, grande observador e conhecedor das terras brasileiras, não havia brasileiros no novo país, contradizendo assim a própria Constituição do Brasil.

Como incluir, dentro do mesmo território, pessoas de origens tão diversas, como portugueses (da metrópole e da colônia) e africanos, passando inclusive pelos índios nativos da terra, sem ferir ideais e estruturas hierárquicas vigentes, a ordem em resumo? Tal problema não passou sem longas discussões entre deputados na Assembléia Constituinte desde sua primeira sessão em 3 de maio de 1823, e mesmo antes, já em debates nas Cortes portuguesas, quando se fortalecia a percepção da impossibilidade de manter unido o Reino Português e ganhava força uma forma alternativa de pensar o “Brasil”, agora como país independente.

Quais pessoas fariam parte da nova nação? Seriam elas *membros* ou *cidadãos* brasileiros? Esse foi um dos primeiros pontos levantados nas discussões sobre a Constituição brasileira, que em si já nos revela os limites e possibilidades para se pensar os alcances da cidadania no Brasil recém-independente. Andrea Slemian, em trabalho de sua autoria, levanta alguns pontos sobre esse processo de formação de cidadania nos primeiros anos do país independente.³¹ Nicolau Vergueiro, deputado por São Paulo na Assembléia Geral em 1823 e citado pela autora, sugeria o uso do termo “cidadãos” ao invés de “membros”, visto que segundo ele

Pouco importa, que nem todos gozem dos mesmos direitos, e que alguns não exercitem os direitos políticos, por não terem os requisitos, que a Lei exige: todos

³¹ Andrea Slemian. Seriam todos cidadãos? Os impasses na construção da cidadania nos primórdios do constitucionalismo no Brasil (1823-1824). In István Jancsó (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 829-847.

eles são hábeis para o exercício de todos os direitos uma vez que consigam as qualificações da Lei.³²

Para Vergueiro, o termo “cidadãos” remetia ao uso antigo do termo, relacionado ao habitante da cidade, que por sua vez não seria extensível a todos na concepção do deputado, pois haveria limites a essa participação política. Logo, em sua concepção de cidadania alguns seriam cidadãos *ativos*, outros não.

José Murilo de Carvalho destaca uma particularidade sobre o debate acerca dos alcances da cidadania: “a construção da cidadania tem a ver com a relação das pessoas com o Estado e com a nação”.³³ No Brasil, portanto, tal processo seria efetivamente problemático: tais sentimentos de pertencimento a uma nação, ou mesmo a um Estado, ainda não eram claros ou fortes o suficiente para se definir, a partir daí, o ser cidadão. Não é essa, afinal, a base da argumentação de Vergueiro, citada anteriormente? A necessidade de antes determinar quem eram os membros do novo Estado em formação se mostrava imprescindível antes de se definir a cidadania efetiva aos mesmos, os “brasileiros”, fossem eles membros do Estado ou da nação. Somente a partir daí poderiam ser definidos os alcances da cidadania no Brasil.

Cidadania que, associada cada vez mais às idéias de Estado e de nação, teria de tornar claro quem teria acesso a ela e, dessa forma, teria a função de participar do processo de formação nacional em curso no Brasil. E é neste sentido que entra em cena o uso antigo do termo cidadão enquanto o habitante honrado da cidade, o homem bom. Ou segundo o *Diccionario da Língua Portuguesa* do padre D. Rafael Bluteau de 1789 – revisado pelo carioca estudioso da língua e futuro editor de dicionários que carregariam seu nome Antônio de Moraes Silva – o termo cidadão é apresentado como “O homem que goza dos direitos de alguma cidade, das isenções, e privilégios, que se contem no seu foral, posturas, etc. homem bom”.³⁴ Conforme bem lembra Marco Pamplona, “a representação da nação [...] não se fazia por indivíduos quaisquer”. E no Império do Brasil, tais “homens bons” não seriam outros senão grandes proprietários, comerciantes e

³² Vergueiro Apud Slemian, *Seriam todos cidadãos?*, p. 829.

³³ Carvalho, *Cidadania no Brasil*, p. 12.

³⁴ D. Rafael Bluteau. *Diccionario da Língua Portuguesa*, reformado e acrescentado por Antônio de Moraes Silva. Tomo I. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

pessoas ligadas à sociedade de corte – à boa sociedade, em resumo.³⁵ O vínculo cada vez mais intenso entre nação, Estado e ordem política desde a época da independência tornava fundamental resolver o problema da representação política do Estado-nação em formação.

Devido a essas contradições, o Brasil, comparativamente a outros países que seguiam o ideário liberal no início do oitocentos, formaria uma “outra via”, uma forma particular de pensar o liberalismo ao hierarquizar de maneira peculiar o alcance da cidadania. A escravidão, por exemplo, era uma questão que não fora discutida na Constituição, apesar de ser alvo de fortes debates na Constituinte. Como levanta Andrea Slemian, a escravidão se tornaria a pedra de toque que levaria a toda uma discussão acerca da definição de alguns termos, como *Brasileiro* – visto que neste momento muitos escravos ainda eram nascidos na África; *cidadãos* – o acesso dos libertos à cidadania era “deixado em aberto” pela Constituição; *sociedade* – ou “mundos” sociais no Império, segundo a acepção de Ilmar Mattos: dentro do mundo dos livres, inseridos os libertos, criaram-se meios de hierarquização sócio-político-econômicos de forma a garantir a ordem³⁶; e *nacionalidade* – ser cidadão e ser brasileiro como termos com significados distintos, por exemplo.

Exatamente por causa dessas contradições que o estatuto do liberto deveria ser encaixado dentro da lógica estamental da cidadania brasileira. Operando sobre uma lógica que era, apesar das limitações, “inclusiva”, o debate sobre a concepção de cidadania seria resultado da tentativa de preservar o escravismo. Composto quase 30% da população total do Império, negar a participação ainda que limitada dos libertos no país poderia significar um risco para a ordem escravocrata, nas palavras de Beatriz Catão e Bernardo Ferreira. Debater, portanto, a cidadania do liberto passaria a ser, principalmente nas décadas de 1830 e 1840, uma questão de ordem pública.³⁷ Apenas a partir do período conhecido como “regresso

³⁵ Marco Antonio Villela Pamplona. Nação. In João Feres Júnior (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009, p. 168.

³⁶ Segundo o autor, haveria três mundos na organização social do Império: o “mundo do governo”, o “mundo do trabalho” e o “mundo da desordem”. Os libertos, apesar de livres, poderiam ser encontrados – melhor dizendo, “estigmatizados” – ou no mundo do trabalho ou no mundo da desordem. Marcada por forte viés aristocrático, a sociedade imperial criava hierarquias de forma a discriminar grupos e, principalmente, assinalar seus respectivos lugares dentro da “ordem” – ou o seu contrário – imperial. Cf. Ilmar Rohloff de Mattos, *O Tempo Saquarema*, p. 122-141.

³⁷ Inclusive as referências às cores e papéis sociais do liberto pautariam parte do debate “nativista” logo nos primeiros anos da regência (1831-1840), momento em que se buscava afirmar a identidade brasileira frente ao “vazio” de poder que teria sido deixado pela abdicação. Jornais e

conservador” iniciado durante a década de 1840 que a idéia de cidadania legitimaria a desigualdade ao corroborar as diferenças entre os membros da sociedade, atualizando a lógica operante durante o Antigo Regime português. Por conseqüência, desde então cidadania, liberdade e propriedade passariam a ser associados e se refeririam respectivamente aos “livres e proprietários (os cidadãos ativos), livres e não-proprietários (os cidadãos passivos) e não-livres e não-proprietários (os não-cidadãos)”.³⁸

Uma das atuais ferramentas de acesso a esse rico universo conceitual da época, além dos dicionários, é também a leitura e análise dos debates da Câmara, quando percebemos, pelo menos em parte, algumas das intenções de certos atores políticos ao proferirem certo discurso ou comentário. Momentos como o debatido aqui, como o que se refere à definição de cidadania, mostram-se por isso bastante ricos. Podemos, pela leitura, entender melhor o contexto no qual o debate se insere, e também podemos tentar investigar, através dos *atos de fala* proferidos pelos atores, como aquele contexto se fazia percebido pelos contemporâneos.

Usamos o conceito de *atos de fala* a partir dos estudos de J. Pocock, que os pensa como um “jogo” dentro de um contexto lingüístico disponível aos agentes estudados: para o autor, essa relação contexto lingüístico (língua) – atos de fala (discurso) é dupla no sentido da língua ter o poder de definir os discursos dos atores sociais em cena, ao mesmo tempo em que esses atores também podem, com seus discursos, mudar o contexto lingüístico no qual os mesmos foram originados. Tais discursos (que podem ser explicitamente conscientes – no sentido de buscar agir sobre o contexto – ou não), disponibilizados através de textos por seus autores e que chegam até os historiadores, são antes de tudo indícios de certo estado de consciência e linguagem, antes de serem tomados posteriormente pelo pesquisador como *performance* e ato.³⁹

É interessante pensar essa questão no caso brasileiro: a formação recente do país apresentava variantes diversas que deveriam ser sanadas na definição de uma série de questões sociais e políticas para formação do Estado-nação, que ao mesmo tempo em que era definido pelo contexto modificava-o na medida em que

impressos exibiriam através de seus nomes (como *O Brasileiro Pardo*, ou *O Crioulinho* e *O Filho da Terra*) certa visão e valor políticos – marcados também por forte ambigüidade – acerca do mulato e do liberto. Cf. Lima, *Cores, marcas e falas*, p. 31-87.

³⁸ Bernardo Ferreira e Beatriz Catão Cruz Santos. Cidadão. In Feres Jr., *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*, p. 57-60.

³⁹ J. A. Pocock, *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: EdUsp, 2003.

lançava novas perspectivas de análise da realidade através de atitudes como as leis de 1827 e o Ato Adicional de 1834 no que se refere ao ensino por exemplo. Ao mesmo tempo em que o Estado-nação lançara essas leis tendo em vista um contexto lingüístico disponível, gerava a partir delas novos atos de fala que viriam a ser decisivos para “consolidação” do Estado e amadurecimento do debate sobre a questão nacional na década de 1850.

Na Constituição de 1824 – ainda que imposta pelo Imperador Pedro I – já se sinalizava para o processo de discussões acerca do novo país que se precisava formar naquele momento desenvolvidas na Assembléia Constituinte:⁴⁰ abria-se a brecha para que se garantisse legalmente a cidadania a libertos e ingênuos, mesmo que o pai fosse estrangeiro. Tal foi o caso de muitos dos libertos até a metade do século, quando se deu o fim do tráfico, por lei em 1850, mas encerrado efetivamente em 1853, data do último registro de desembarque de escravos no Brasil.

Da mesma forma que oferecera espaços, a Constituição voltava atrás e deixava nas mãos do “Imperador Constitucional, e Defensor Perpétuo do Brasil” o Poder Moderador, com amplo poder de nomear e demitir pessoas, revogar leis e cargos, interferindo assim na estrutura de poder das Assembléias Provinciais e também da Assembléia Geral, que passaram a ser, na prática, subordinadas a esse poder que teria como fim “a manutenção da independência, equilíbrio, e harmonia dos mais Poderes Políticos”.⁴¹ O imperador, ainda segundo a Constituição, não poderia ser responsabilizado pelos seus atos. No que se refere às províncias, mesmo quando se abriam brechas para que elas esboçassem um período de auto-gestão, como a ocorrida durante a regência com o Ato Adicional, o Poder Moderador se fazia presente para dar limites a tais possibilidades oferecidas às mesmas.

⁴⁰ A imposição da nova Carta Constitucional pelo Imperador não descarta o rico debate sobre a formação da nação que vinha sendo feito desde a independência. Questões sociais tensas, como a escravidão, não apareceram na Constituição. Outras questões problemáticas, sobre estrangeiros e principalmente portugueses fazerem parte da nação, foram resolvidas com a ressalva que tais elementos deveriam ser adeptos à causa da independência. Alguns dos debates sobre participação política e/ou social estavam, portanto, também presentes na Carta. Cfr. Lúcia M. Bastos Pereira das Neves e Guilherme Pereira das Neves. Constituição. In Feres Jr., *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*, principalmente p. 71-77.

⁴¹ BRASIL, Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de Março de 1824), Título 5º, “Do Imperador”, Capítulo 1, “Do Poder Moderador”.

Vínculos mais intensos apenas com os locais de origem já podiam ser sentidos desde as últimas rebeliões no período final da colônia, como a Inconfidência Mineira. Pensava-se ali na independência, mas não de todo o “Brasil”, arquipélago de capitanias, e sim apenas de sua “pátria” de origem, no caso a mineira. A idéia de pátria, aliás, continuou com o seu sentido localista mesmo depois da independência, quando o termo já poderia se referir também ao Brasil. Revoltas do período regencial, como a Sabinada, a Cabanagem e a Revolução Farroupilha eram *patriotas*, mas num viés restrito: todo o patriotismo dos participantes se vinculava às suas províncias de origem. A ambigüidade latente do termo é apenas um exemplo.

Uma recente obra coordenada por João Feres nos traz um recorte atual e interessante sobre as perspectivas de compreensão de alguns termos-chave para a mesma época, e principalmente para o século XIX, momento de intensa agitação desde a vinda da Família Real para a colônia, logo seguido da independência, da abdicação e das Regências, tudo no curto espaço de menos de cinquenta anos. Termos como o nome do próprio país passariam por intensas mudanças.

No Dicionário de Bluteau de 1789, “Brasil” se referia apenas à madeira tão valorizada em tempos coloniais.⁴² Já nas edições do dicionário que carregariam o nome do revisor de Bluteau Antonio de Moraes Silva, de 1813 e 1831, o termo “Brasil” se refere também, além do sentido de 1789, aos “Índios naturais do Brasil”.⁴³ Ainda não apareciam no léxico os resultados de todo um processo que tentava ressignificar a antiga pátria, a menor, a uma identidade mais forte que a subordinaria. Os dicionários acompanham tais processos num tempo mais lento, afinal faz-se necessário primeiro a consolidação do significado do termo antes de sua definição “oficial”. Portanto, a pátria local, alvo da antiga lealdade de seus membros, passaria cada vez mais a ser submetida a outra maior, principalmente após o Vintismo (outro nome dos movimentos por ocasião da Revolução do Porto), que aparecera e se sobreporia à antiga, transformando velhas redes e criando novos vínculos e sociabilidades que seriam decisivos para a integração das “pátrias” na nova ordem, no Império do Brasil, composto apenas por *brasileiros*. Esse processo, no entanto, já estava em curso.

⁴² Bluteau, *Diccionario da Lingua Portugueza*.

⁴³ Antonio de Moraes Silva. *Diccionario da Língua Portugueza Antonio de Moraes Silva*. Tomo I. 4ª Ed. Lisboa: Na Impressão Régia, 1831.

2.2

A nação *brasileira*

O termo brasileiro foi talvez o mais importante e determinante durante todo o Império e um dos que mais sofreu com as ambigüidades características do período. No Dicionário Antonio de Moraes Silva, de 1844 – feito, aliás, sob encomenda do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) –, o termo aparece significando “Natural do Brasil; pertencente ao Brasil”.⁴⁴ O mesmo dicionário, mas em sua edição anterior, de 1831, refere-se a brasileiro apenas como o “natural do Brasil”, definindo como *Os Brasis* os índios naturais do Brasil.⁴⁵ Ora, mas que significava isso? Quem era natural do, ou quem pertencia ao Brasil, naquele momento histórico? Apenas índios fariam parte *dos Brasis*? Como viemos discutindo, todas as pessoas livres e libertas nascidas no território brasileiro, bem como estrangeiros naturalizados, seriam considerados *brasileiros*. Novo problema, porém, se apresenta: que território era esse? E, para além de ser brasileiro, não se fazia imprescindível *sentir-se* brasileiro? E para isso não era necessário haver uma *nação*?

O termo nação passou pelas mesmas ressignificações:⁴⁶ da tímida definição no dicionário Bluteau em 1789 como “A gente de um paiz, ou região, que tem Língua, Leis, e Governo à parte”⁴⁷ para a longa explicação presente na citação abaixo não se passaram apenas alguns anos, mas principalmente fortes tensões e conflitos acerca daquela definição. No dicionário Antônio de Moraes de 1877 a mesma curta definição já citada permanece, apenas acrescentada da explicação:

⁴⁴ Antonio de Moraes Silva. *Diccionario da Língua Portuguesa Antonio de Moraes Silva*. Tomo I. 5ª Ed. Lisboa: Typographia de Antonio José da Rocha, 1844.

⁴⁵ Silva, *Diccionario da Língua Portuguesa Antonio de Moraes Silva*, 1831.

⁴⁶ No caso da América espanhola o termo *nação* correspondia, em geral, a índios e não integrados a Monarquia espanhola. François-Xavier Guerra. *A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades*. In István Jancsó. *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec, 2003, p. 50. No caso brasileiro, contemporâneos como Hipólito José da Costa denominavam de “brasilianos” os índios do Brasil, denominado de “brazilienses” os naturais do Brasil – tanto que seu jornal editado em Londres chamava-se “Correio Braziliense”. Cf. Ilmar Rohloff de Mattos, *Construtores e herdeiros: a trama de interesses na construção da unidade política*. São Paulo: Almanack Brasiliense, nº01, maio 2005, p. 16. Após a independência, *brasiliense* se vincularia àqueles ligados ao território, dando uma idéia de origem, enquanto *brasileiro* ganharia um viés mais político, englobando todos que se identificariam com a causa da independência, ganhando um sentido de certa forma mais “amplo”.

⁴⁷ Bluteau, *Diccionario da Lingua Portuguesa*, tomo II.

(Nação, Povo, Syn). No sentido literal e primitivo, a palavra *nação* indica uma relação comum de nascimento, de origem; e *povo* uma relação de número e de reunião. A *nação* é uma dilatada família; o *povo* é uma grande reunião de seres da mesma espécie. A *nação* consiste nos descendentes do mesmo pai, e o *povo* na multidão de homens reunidos em um mesmo sítio. Em outra acepção a palavra *nação* compreende os naturais do país; e o *povo* forma uma colônia em país longínquo, continua ainda a ser Inglês, Português, Espanhol, etc. é o por *nação*, ou de origem. Diversos *povos* reunidos, ligados por diferentes relações comuns em um mesmo país, formam uma *nação*; e uma *nação* se divide em vários povos, diversos um dos outros por diferenças locais e físicas, ou políticas e morais. A nação está intimamente unida ao país pela cultura, ela o possui; o povo está no país, ele o habita. A nação é o corpo dos cidadãos; o povo é a reunião dos reinícolas. Uma nação divide-se em muitas classes; e o povo é uma delas: é a parte mais numerosa de que a nação é o todo.⁴⁸

Para a edição de 1877 – que reproduz o significado do termo presente na edição anterior, de 1858 – do dicionário de Moraes Silva a *nação* é um corpo de *cidadãos* com relação comum de *nascimento*, partilhando uma *cultura* afim. Tais temas estavam em intensa ebulição intelectual e prática, através de revoluções na Europa oitocentista e também nas Américas, nesse caso de forma mais intensa nos primeiros anos do século XIX com as independências. E foi nesse sentido que uma série de pensadores, principalmente europeus, vinha tentando explicar, desde essa primeira metade e mais intensamente na segunda parte do século XIX, tais fenômenos vistos como novos e que se desenrolavam em toda parte oeste daquele continente: o problema era, de maneira resumida, pensar e entender a formação de diferentes formas de organização social humana. Em todo o mundo haveria essas formas variadas de aglomeração humana, sendo que as principais, segundo Ernest Renan, pensador francês da época, seriam a tribo, a cidade, as comunidades sem pátria mantidas por vínculos religiosos, as confederações, as formas de parentescos como as de raça e língua, e *nações* efetivamente ditas, essas últimas fenômeno tipicamente europeu.⁴⁹

⁴⁸ Antonio de Moraes Silva. *Diccionario da Língua Portuguesa Antonio de Moraes Silva*. Tomo II. 7ª Ed. Lisboa: Typographia de Joaquim Germano de Souza Neves, 1877. Grifos no original.

⁴⁹ Ernest Renan. O que é uma nação? In Maria Helena Rouanet (org.). *Nacionalidade em questão*. Rio de Janeiro: UERJ/IL, 1997 [1882], p. 12.

Essas nações, enquanto organizações sociais, não são naturais ou a-históricas como parecem (ou pretendem) ser. A nação aparece, na interpretação clássica do historiador Benedict Anderson, como uma comunidade *imaginada*, processo que lida com variadas questões, principalmente a história e a memória: imaginando-se a nação (coisa nada fácil) escolhem-se temas em detrimento de uma série de outros de forma a se consolidar uma legitimidade e se formar uma solidariedade, um ideal de “nós” comum a todos os seus membros. Uma vez legitimado entre seus membros, a nação se torna uma espécie de “produto modular” segundo Anderson, podendo dessa forma se adaptar a distintos contextos históricos e sociais – as Américas, a África e a Ásia inclusive, sendo o sudeste asiático privilegiado na análise do autor.⁵⁰

A nação é, portanto, um produto cultural específico, que lida com *origens mitológicas* comuns, *transformações* que acompanham o processo histórico e com um *sentimento*, permitindo a comunhão entre seus distintos e mutuamente desconhecidos membros.⁵¹ E a frente desse processo de criação de símbolos e

⁵⁰ Benedict Anderson. *Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 31.

⁵¹ A comunhão entre os membros da nação ficaria cada vez mais clara no Brasil na segunda metade do século XIX, quando romancistas do “círculo do Imperador”, como Gonçalves de Magalhães e Joaquim Manuel de Macedo e outros como José de Alencar e Machado de Assis empreenderam um intenso diálogo com o leitor através de livros, contos ou folhetos em geral. José de Alencar, por exemplo, no prólogo ao romance *Iracema*, de 1865, discutia a recepção que o livro teria em terras cearenses, sua terra natal. Conversando com o leitor, “Meu amigo” segundo Alencar, o livro o encontraria reunido com parentes e amigos, na hora da leitura familiar, tão importante à época. Ao abrir o livro o leitor “sentirá uma onda do mesmo aroma silvestre e bravo que lhe vem da várzea [...] Essa onda é a inspiração pátria que volve a ela”, inspiração cearense (a pátria referida é o Ceará) que o autor, radicado no Rio, diz ser a de *Iracema*, que apesar de cearense é também *brasileira*, visto que para Alencar o tema indígena – centro da referida obra – seria a marca fundamental da nacionalidade da literatura brasileira. A partir da língua e costumes dos selvagens dar-se-iam meios para a composição de uma literatura nacional, “poesia genuinamente brasileira, haurida na língua dos selvagens” ainda que apurada pela língua civilizada, conforme citação do autor no pós-escrito à mesma obra. Cf. José de Alencar. Prólogo de *Iracema*. Carta sobre *Iracema*. In: Afrânio Coutinho (org.). *Caminhos do pensamento crítico*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Pallas, 1980, p. 114-119. Apesar disso, mais tarde, já no início do XX, tal visão do “brasileiro” permaneceria se não mais como um problema (coisa que também era), pelo menos ainda como despertadora de certo espanto, conforme percebemos no poema “Descobrimento”, da coleção “Dois Poemas Acreanos” de autoria do modernista Mário de Andrade, datado de 1927:

*Abancado à escrivainha em São Paulo
Na minha casa da Rua Lopes Chaves
De supetão senti um friúme por dentro.
Fiquei trêmulo, muito comovido.
Com o livro palerma olhando pra mim.*

Não é que me lembrei lá do norte, meu Deus!

seleção de memórias, o Estado nacional viria ter fundamental importância. Ainda segundo Anderson, oficializando o nacionalismo através da sanção do Estado – que por sua vez, no caso brasileiro, é dirigido por uma elite letrada originada na boa sociedade e que compõe o topo da classe senhorial –, grupos dominantes ameaçados de marginalização conseguiriam manter sua influência em período de mudanças.⁵² A nacionalidade deveria ser, portanto, integrada ao Estado. Nesse processo, a língua teria um papel central, permitindo ao grupo letrado pensar e organizar a nação. A nação, dessa forma, seria também limitada, pois na consolidação de sua comunidade apenas alguns membros comungariam de sua nacionalidade.⁵³

Aplicando a teoria ao Brasil, a formação de um “sentimento nacional” desde a independência tentaria consolidar um ideal único, uma idéia de nação *brasileira* em contraposição às pátrias locais, aos *sentimentos* que elas já despertavam em seus membros – sendo o caso de Pernambuco e seu histórico de Revoluções em 1817, 1824 e 1848 o exemplo mais claro. Aí podemos relativizar a assertiva de Saint-Hilaire: havia brasileiros, no sentido de sentimento, de alma, discussão que a literatura romântica já começava a fazer e direcionar desde seus primórdios no país;⁵⁴ o que não havia ainda era um país chamado Brasil.

Segundo Anderson, o romance e o jornal “proporcionariam os meios técnicos para ‘representar’ o *tipo* de comunidade imaginada correspondente à

*Muito longe de mim,
Na escuridão ativa da noite que caiu,
Um homem pálido, magro de cabelo escorrendo nos olhos
Depois de fazer uma pele com a borracha do dia,
Faz pouco se deitou, está dormindo.*

Esse homem é brasileiro que nem eu...

Mário de Andrade, Descobrimento. In *Poesias Completas*. Belo Horizonte: Vila Rica, 1993.

⁵² Anderson, *Comunidades imaginadas*, p. 150.

⁵³ *Ibid.*, pp. 30-33.

⁵⁴ Desde pelo menos a chegada da Família Real portuguesa ao Rio de Janeiro o número de viajantes presentes ou de passagem pela cidade e pelo Brasil aumentaria significativamente. Nessas viagens muitos deles, como o próprio Saint-Hilaire, acabaram deixando suas impressões e tecendo comentários acerca da formação da colônia e, mais tarde, do país. Dentre esses viajantes destacaram-se também Ferdinand Wolf e Ferdinand Denis, austríaco e francês respectivamente, que atuaram como principais influenciadores para a geração romântica do período regencial, reunida em torno das figuras de Gonçalves de Magalhães, Francisco Sales Torres Homem e Manuel de Araújo Porto Alegre, fundadores da *Niterói*, *Revista Brasiliense* em 1836. Seriam assim lançadas as bases para se pensar a independência literária nacional a partir das marcas que o meio importava às pessoas e à formação nacional – as “cores locais”, que passariam por isso pela exaltação à natureza e pelo elemento indígena. Coutinho, *Caminhos do pensamento crítico*, p. 23.

nação”⁵⁵ (grifo no original). No Brasil, por exemplo, a importância dos romances, bem como dos folhetins e sua difusão através da oralização no espaço público são exemplares ao nos trazerem muito do que pensamos ainda hoje sobre a nação ideal: civilizada, branca e tropical, tendo no índio o maior representante desse tipo de comunidade que, *imaginada* num determinado momento histórico – o Brasil imperial – veio a corresponder à *nação* brasileira. No tempo vazio e homogêneo no qual se desloca a nação – um calendário da tradição, cronograma ideal que por sua vez também indica o futuro da nação filtrado por aquela tradição – os membros da comunidade se reconhecem enquanto irmãos apesar de não se conhecerem pessoalmente.⁵⁶ Esses jornais, escritos, revistas e livros atuavam, portanto, enquanto símbolos comuns aos membros da nação que auxiliariam na manutenção da unidade e garantiriam a solidariedade comum, como os romances de Alencar *Iracema* e *O Guarani*, e jornais e revistas de maior circulação nacional, como o *Jornal do Commercio* e a *Revista Ilustrada*, ou nos famosos almanaques como o *Laemmertz*, já na segunda metade do oitocentos brasileiro.

Além desses dados, outro que seria inserido no debate – mesmo que *a posteriori* – seria a concepção culturalista da nação, debatida principalmente pelo antropólogo Clifford Geertz. Em sua obra *Negara: o Estado Teatro no século XIX* o autor analisa a organização do Estado balinês sob um viés simbólico que presidiria a organização do mesmo, assim como da sociedade balinesa por ele regida. Toda a dinâmica de vida de sua população passava por uma espécie de *ritual* que tinha como atores principais o rei e sua família, incluindo grupos de posição social destacada a partir de linhagens de parentesco que os aproximava dos primeiros fundadores do Estado e da dinastia – ou das divindades –, criando assim grupos balizados por hierarquias, ou *rankings*, na sociedade estudada pelo antropólogo.⁵⁷

O próprio termo Estado, em sua concepção, incluía assim questões de *status* (ou posição, condição), *pompa* (esplendor) e *governança* (ou regência, soberania), tendo esse último dominado sua definição na Europa moderna. Esse campo variado de significados, combinados, se fazia visível e principalmente

⁵⁵ Anderson, *Comunidades imaginadas*, p. 55.

⁵⁶ E o poema de Mário de Andrade, mais uma vez, reforça a idéia do conhecimento apesar do desconhecimento que a nação proporcionaria, ainda no século XX, conseguindo assim sustentar a unidade nacional.

⁵⁷ Clifford Geertz. *Negara: o Estado Teatro no século XIX*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

alardeado pelo *negara* balinês oitocentista.⁵⁸ O caso brasileiro, com todas as suas particularidades, assim como as monarquias européias, não ficavam a dever a todo esse ritual que explicitava o poder, político porque simbólico, de suas casas reais, à diferença que em nossas sociedades eram entendidos como parte de uma mecânica do poder meramente político, o que acaba por escurecer o lado simbólico inerente à questão. O Estado é entendido nessa aproximação semiótica como representação da realidade, o que escapa de uma idéia de política como jogo de paixões que seriam naturais e imutáveis, quando na verdade são fortemente *culturais* segundo Geertz.⁵⁹

Político porque simbólico, os símbolos do poder inerentes às monarquias européias e sociedades de corte são tornados reais através do discurso, que por sua vez vai depender também da autoridade de quem o anuncia. Segundo Pierre Bourdieu, tal processo é quase um ato de “magia social, que consiste em tentar trazer à existência a coisa nomeada”,⁶⁰ impondo versões e criando identidades no grupo ao qual se dirige. Aqui entra em ação a *elite letrada* de Rama ou ainda, no caso brasileiro, o “círculo do imperador”, grupo de intelectuais protegidos por dom Pedro II que circulariam entre o Palácio Real, o Paço Imperial e instituições culturais como a Biblioteca Pública, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Colégio Pedro II. É Bourdieu que complementa, ao destacar que também o nacionalismo é um desses casos de lutas simbólicas, onde “está em jogo a conservação ou a transformação das relações de força simbólicas e das vantagens correlativas [...] ligados às manifestações simbólicas da identidade social”,⁶¹ impondo ao grupo dominado a definição vencedora, dominante, de identidade, de forma a buscar a assimilação dos mesmos.

No entanto, com relação a essa imposição, o próprio Bourdieu relativiza a questão ao frisar que o que está mais em questão é uma *reapropriação* coletiva sobre a construção da própria identidade.⁶² Devemos ter em mente que quase metade da população do Império era composta por escravos, grupo importante não apenas na formação econômica mas também cultural do país. Ainda que o ideal de Império civilizado nos trópicos visasse a negação de suas manifestações culturais,

⁵⁸ Clifford Geertz. *Negara: o Estado Teatro no século XIX*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992, p. 153.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 156.

⁶⁰ Pierre Bourdieu. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 116-117.

⁶¹ *Ibid.*, p. 124.

⁶² Bourdieu, *O Poder Simbólico*, p. 125.

é inegável a força das festividades de origem africana ou afro-brasileiras, muitas das quais presentes até hoje entre nós. Mesmo no Rio de Janeiro imperial, em dias do Carnaval cristão quem dominava era o *lundu* e o *batuque* de origens africanas, isso pelo menos até finais do século XIX. Esse período era visto como de “desordem”, mas também de negociação social: imperadores, rainhas e toda sua corte multicolor circulavam entre barões e viscondessas vestidos de *pierrô* pelas ruas da cidade, espaço onde rua e casa, desordem e ordem, se encontravam e *dialogavam*.⁶³ O próprio Colégio Pedro II ficara fechado num ano – e oficialmente, a partir de 1844, por aviso ministerial que transformava em feriados a segunda e a terça-feira do *Entrudo*⁶⁴ – durante os festejos de momo (e de africanos) pelas ruas da cidade, que nesses dias se sobrepunha à Corte pretensamente civilizada.

A formação da nação passa, portanto, por um processo *dialógico*, a partir de um eixo narrativo que transformaria em símbolos nacionais fragmentos de cultura, ou as partes do “mosaico” que serviriam de base para formação do Brasil segundo Jancsó. Dentro dessa formação dialógica da nação e do nacionalismo a idéia de *povo* transforma a questão ao criar uma cisão entre o discurso pedagógico apoiado na tradição e na história, e a necessidade de dar um caráter vivo, presente, momento atual em que a vida nacional se desenrolaria. Tais argumentos, levantados por Homi K. Bhabha em sua obra *O Local da Cultura* nos sinalizam para o problema de pensar o *povo* na formação nacional.⁶⁵

Bhabha destaca, ainda que pensando principalmente formações nacionais recentes, a questão da fronteira como espaço limiar onde encontros e por conseguinte conflitos podem ser ativados. A *narrativa* resultante – a nação como uma delas – é por isso fragmentada, trazendo ao debate a questão da tensão e do

⁶³ Recentemente o antropólogo Roberto DaMatta problematizou a questão em termos atuais, pensando o Carnaval como momento ritual fundamental para se pensar o brasileiro. Estudos históricos mais atuais vêm fazendo o papel de analisar tal formação no tempo, investigando as relações sociais presentes nos dias gordos na segunda metade do XIX e começo do XX principalmente, relativizando em alguns pontos a idéia de que o Carnaval seria um espaço de *inversão* de papéis sociais, como destacara DaMatta, mas reconhecendo aquele espaço como local por excelência de negociação e mesmo de conflito. Para análise da questão como uma inversão dos papéis sociais ver Roberto daMatta, *Carnavais, malandros e heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. Para o debate histórico que traz à cena o conflito conferir Maria Clementina Pereira Cunha, *Ecos da folia: uma história do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁶⁴ Escragnolle Dória. *Memória Histórica do Colégio de Pedro Segundo: 1837-1937*. Edição comemorativa. Brasília: INEP, 1997, p. 60.

⁶⁵ Homi K. Bhabha. *DissemiNação*. In: *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

conflito. O historicismo reinante, concebido numa tradição ocidental que opera com conceituações binárias, buscava dar à narrativa – no nosso caso, à nação – um caráter empírico e político de forma a garantir a hegemonia política de grupos e a formação de uma identidade comum.

Pensar o Brasil do século XIX, no entanto, impõe a necessidade de atuar com os conceitos de troca e diversidade: desde o século XVI a colônia vinha recebendo elementos estranhos à formação “nativa”, criando múltiplos espaços de fronteira nas diferentes partes da América portuguesa, desde 1822 províncias que ainda assim fugiam à narrativa da nação homogeneamente concebida. O exótico manto e o cocar indígena usados pelo Imperador menino, dessa forma, não eram multicoloridos por acaso. Nesse processo de construção da *narrativa nacional brasileira*, portanto, múltiplos elementos devem ser considerados, de forma a não fechar o debate em si mesmo e limitar a possibilidade de pensar a diferença inerente a tal formação. Os movimentos que emergem nas províncias até a metade do XIX apontam para essas referências de pertencimento distintas. E é nesse sentido que pensamos a *educação* como um dos instrumentos de naturalização da nação como grande narrativa. Ainda assim, todavia, pensar a educação em território nacional é abrir brechas para múltiplas formas de pensar essa formação, fosse no espaço escolar, ou no familiar, e mesmo no da rua. Voltaremos à questão no segundo capítulo.

Retornando às questões levantadas por Slemian, não teria sido a definição desse povo um dos principais problemas pelos quais passaram deputados na Assembléia de 1823? Independente se membros ou cidadãos, o *povo* brasileiro – extremamente heterogêneo –, em sua diferença, relativiza a idéia de formação essencialista sobre a concepção nacional que tentaria converter o “Povo em Um”. Nesse sentido o sentimento nacional, ou o “Instinto de Nacionalidade” de Machado de Assis já em finais do XIX, passaria, sobretudo, pela multiplicidade na formação do caráter nacional, o Estado à frente.

2.3

A nação e o Estado imperial

Podemos aqui retomar os argumentos de Pocock: cada contexto, que é complexo e sofisticado, possui em suas características recursos que permitem

lances novos, assim como limitações a esses mesmos lances. Dessa forma, alguns atos de fala podem ser facilitados, outros acabam por ser inibidos.⁶⁶ O contexto brasileiro, porém, insere-se num momento maior de grandes transformações na Europa, continente com o qual o Brasil possuía fortes vínculos desde os tempos da América Portuguesa por motivos evidentes. Nessa Europa, idéias como nação e identidade ganhavam cada vez mais força nos meios intelectualizados e políticos. Da mesma forma, as revoluções que se sucediam no continente faziam o tempo parecer acelerado para os contemporâneos – como se os anos entre 1750 e 1850 marcassem um novo tempo, organizados cada vez mais pela experiência histórica de suas atores.

Na Europa agora “moderna” um termo que passava por mudanças, questionamentos e re-significações evidentes era o de nação. Nas Américas, a peculiaridade de seus processos de afirmação nacional chegou a ser desconsiderado por pensadores europeus, que viam esse novo paradigma como fora do conceito de nação. É justamente neste ponto que as Américas mais têm a contribuir ao debate: o nacionalismo no continente não assumiu o nível de violência e repressão como o que se desenvolveu na Europa e no resto do mundo. Da mesma forma, o processo se deu de forma acelerada no continente: de ex-colônias para Estados independentes, países se desenvolviam sem que, no entanto, constituíssem uma “nação” de forma efetiva apesar do intervalo de cinquenta anos. O caso do Brasil é interessante neste sentido: da série de capitanias sem contato umas com as outras – o mosaico, segundo Jancsó – para um Império unido e pretensamente civilizado, segundo padrões europeus, o processo se deu ao mesmo tempo e mais rapidamente que na Europa.⁶⁷

Exatamente por ser um processo que José Carlos Chiaramonte foca o caráter artificial da nação, visto que ela passa por intensas construções e transformações no período de estudo privilegiado pelo autor, entre os séculos XVII e XIX. Privilegiando a análise ao espaço temporal das independências dos países que formariam a América Latina, o autor questiona o caráter natural dado à nação ao debater a questão da identidade nesses novos países.

⁶⁶ Pocock, *Linguagens do ideário político*, p. 36.

⁶⁷ Don H. Doyle e Marco Antonio Vilella Pamplona. Introdução. Americanizando a conversa sobre o nacionalismo. In: Idem (orgs.). *Nacionalismo no Novo Mundo. A formação de Estados-nação no século XIX*. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 18-19.

É neste sentido que, quando das revoluções burguesas no fim do século XVIII na Europa, o termo nação passaria a estar cada vez mais associado à idéia de governo, despidendo-o do caráter natural étnico que se discutia até então e que fora questionado inclusive por Renan. O que daria caráter a um povo ou grupo humano seria a dependência de um mesmo governo. Cada vez mais, nação e Estado passariam a ser considerados sinônimos no contexto oitocentista. Através do levantamento do sentido do termo em dicionários da época o autor confirma o fortalecimento de tal associação, usando exemplos da Espanha, Inglaterra e França.⁶⁸ Na América a associação entre nação e Estado prevalecera desde o princípio dos processos de independência, mesmo porque o conceito étnico de nação não estabelecia uma relação entre certo grupo humano culturalmente distinto em/com um Estado definido, que era uma necessidade do século XIX, principalmente dos Estados-nação em formação nas Américas. É Chiaramonte quem complementa:

O que ela [a Revolução Francesa] difunde, efetivamente e com vastas conseqüências, na história contemporânea, não é apenas o sentido “político” do termo, mas igualmente o acréscimo do que já foi chamado de uma noção de alcance constitucional, uma noção que converte a nação em sujeito ao qual se imputa a soberania.⁶⁹

Agora, era a nação que passaria a conferir poder ao soberano. Por sua vez, a nação assimilaria também, neste momento pós-revolução francesa, povo e Estado, sendo por isso tomado o viés da cidadania como único critério válido para nacionalidade.⁷⁰ Dessa forma, o autor conclui que a identidade nacional é marcada neste momento por um forte viés político, considerando a consciência nacional como um produto da unidade política, associada por sua vez ao Estado.

⁶⁸ José Carlos Chiaramonte. *Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII*. In István Jancsó. *Brasil: formação do Estado e da nação*. SP: Hucitec, 2003, p. 67- 69. O autor destaca que em dicionários germânicos ainda prevalecia, contudo, a definição da nação por um viés culturalista tal qual levantado por Herder. Nos outros dicionários europeus, porém, a associação entre nação e governo (reino, dinastia, governo) prevalece, ainda que houvesse resquícios de uma interpretação étnica da nação, pensada como “conjuntos humanos discerníveis por alguns elementos substantivos”. *Ibid.*, p. 75.

⁶⁹ Chiaramonte, *Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII*, p. 79.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 73-74. Ou ainda: “a Revolução Francesa [...] ao fazer da nação o titular da soberania [...] conciliou a doutrina da soberania popular com a noção política de nação” (*Idem*, p. 89).

Seria como se a Revolução Francesa inaugurasse uma nova forma que em si é múltipla de pensar a nação, como destaca François-Xavier Guerra. A nação englobaria as idéias de reino (comunidade política), Estado (espaço governado por leis), soberania (autoridade emana dela e não mais do monarca absoluto), povo (enquanto unidade política dos habitantes e comunidade cultural) e pátria (dando a nação um caráter afetivo).⁷¹ Neste sentido o Estado aparece tanto como agente centralizador como defensor do território, politizando-o, além de agir como árbitro dos poderes existentes. Apenas posteriormente que intelectuais e instituições seriam formados por esse mesmo Estado visando *criar* uma nacionalidade em seus respectivos países – podendo até entrar aqui certa visão de nação como etnia, porém forjada por esses intelectuais/instituições controlados pelo Estado.

Assim, segundo Chiaramonte, transferiu-se ao termo nacionalidade o sentido de sentimento antes associado ao termo nação: assim poderiam existir nacionalidades sem nação; no entanto o autor complementa a análise, a partir de debate com outros autores, ao frisar a necessidade de se ter um Estado que consolidaria a nação, destacando portanto o sentido político do processo, argumento central do autor, que modificaria o sentido anterior, de sentimento, associado a nacionalidade.⁷²

Esses padrões europeus se apresentavam como outro problema para as novas nações em formação nas Américas. Língua, leis, parte dos costumes, religião oficial, todos têm matriz européia. Soma-se a isso a forte presença de indígenas, principalmente nos países andinos e no México, e africanos que vieram para o continente na condição de escravos, de forma mais intensa no Brasil e nas Antilhas. Tal pluralismo já inviabilizaria o paradigma nacional pelo viés étnico como discutido na Europa. Nas Américas, a natureza política da nação era o ponto mais forte do debate da época, no sentido de se formar, em pouco tempo, cada Estado-nação específico. E foi somente a partir daí que entrara em cena a questão da identidade nacional, no sentido de se consolidar uma memória, história e cultura comuns para o povo dos novos países. No Brasil, a criação no Colégio Pedro II da cadeira de história pátria em 1850, cuja ligação com o IHGB era intensa, sublinha a importância de tal processo. Nesse momento, não apenas no

⁷¹ Guerra, François-Xavier. A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades. p. 55.

⁷² Chiaramonte, *Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII*, p. 88.

Brasil mas também na Europa, a disciplina história estava a serviço do nacionalismo, que por sua vez dava à disciplina uma missão superior de auxiliar na condução de tais processos.⁷³

Assim, no que se refere ao Brasil, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838, teria exatamente a função de criar um espaço privilegiado de discussão sobre a nova nação brasileira. No que se refere ao espaço físico, o Instituto não poderia estar mais bem localizado: desde 1849 sua sede se encontrava num dos aposentos do Paço Imperial, sede oficial do governo monárquico brasileiro. Seguindo o ideário iluminista europeu da época, as idéias de nação que ali circulariam seriam ainda marcadas por forte caráter elitista e totalizante, apesar de excluir do debate o elemento negro, por exemplo – que só apareceria de maneira tímida no trabalho vencedor de um concurso realizado pelo Instituto em 1840 que premiaria quem melhor escrevesse a história nacional e sugerisse os parâmetros de sua escrita. O concurso fora vencido pelo bávaro Karl von Martius, que usava a metáfora dos três rios, representando os povos, ou “raças” como se pensava à época, que formavam a nação: brancos, índios e negros. O primeiro elemento, rio caudaloso, receberia como afluentes os dois pequenos rios representando o indígena e negro, que desse modo seriam diluídos em seu encontro com o grande rio português nesse processo metafórico de formação nacional.⁷⁴

Ao Instituto caberia assim criar uma nova história nacional, “desvendar sua gênese”, sem no entanto se descolar ou romper com seu passado europeu, nesse caso o português. Intimamente ligado ao Instituto Histórico Francês – ligações que incluíam divulgação científica brasileira na revista de lá e vice-versa, assim como facilidades para viagens recíprocas e manutenção de correspondência –, o IHGB se colocaria assim em voga com os debates mais atuais da modernidade européia em ascensão, principalmente com as idéias de civilização e progresso. Seus membros, recrutados entre a classe senhorial do Império, imprimiam dessa forma um aspecto “oficial” aos debates e questões suscitadas pelas reuniões do Instituto, que também desde 1849 começariam a contar cada vez

⁷³ Chiaramonte, *Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII*, p. 63. Retomaremos a questão mais a frente, no capítulo 3.

⁷⁴ Manoel Luis Salgado Guimarães. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricas*. Rio de Janeiro, n.1, 1988, p. 5-27.

mais com a ilustre presença do Imperador. E justamente por isso a escrita da história nacional naquele espaço ganharia contornos verde-amarelos, destacando o estudo dos índios do país e também a recolha e criação de documentos úteis para a formação da história pátria, como mapas – em cena a importância da geografia para construção visual da nação. A história pensada no Instituto seria o palco iluminado do Estado esclarecido e civilizador brasileiro segundo Manoel Salgado Guimarães.⁷⁵

Portanto, tais Estados da América ibérica, em formação entre 1810 e 1830, buscariam num primeiro momento consolidar um poder político visando organizar a sua estrutura administrativa para em seguida, a partir de 1830 até as décadas de 1850-1860, nesse processo de “longa espera”, alcançarem a sua consolidação nacional. Posteriormente a esses processos é que se buscava dar forma a uma cultura nacional, por meio do incentivo à literatura, à criação de instituições estatais (dentre elas as escolas) e a abertura e ampliação da “opinião pública”, com o advento de jornais e do debate público.

Nesse curto espaço de tempo o termo nação continuaria ganhando novos sentidos no continente. Cada vez mais o termo se associaria às idéias de Estado e política por motivos claros: nos processos de independência americanos, o Estado se formaria antes da nação, e por isso buscava guiar a construção de uma nacionalidade em seus respectivos países durante todo o século XIX.

No caso brasileiro a ressignificação política que o termo nação ganharia se fortaleceria após o Vintismo em Portugal. A Revolução do Porto de 1820 tinha como uma de suas questões principais retomar a realidade de privilégios por parte de comerciantes portugueses que os teriam perdido com a transmigração da família Real Portuguesa para sua principal colônia, o Brasil. As primeiras medidas tomadas assim que dom João VI, enquanto regente da Coroa, e a Corte chegaram em 1808 à América foram a abertura dos portos e consolidação de um aparato administrativo no Rio de Janeiro, esvaziando Portugal enquanto centro político-econômico do Império português. Segundo Maria Odila da Silva Dias

a vinda da Corte para o Brasil e a opção de fundar um novo Império nos trópicos já significara por si uma *ruptura interna* nos setores políticos do velho reino. Os conflitos advindos das cisões e do partidarismo interno do reino desde a

⁷⁵ Guimarães, *Nação e Civilização nos Trópicos*, p. 11.

Revolução Francesa se iriam acentuando com o patentear das divergências entre *portugueses do reino e portugueses da nova Corte* (grifos meus).⁷⁶

Ganhava força, segundo a autora, uma ruptura interna entre *portugueses do reino e da Corte*. Como já vimos destacando, até então identidade nacional voltada ao “Brasil” ainda não existia, visto que os próprios contemporâneos se viam e identificavam antes como portugueses do que como brasileiros.

O pacto colonial (exclusivo comercial – apenas súditos portugueses poderiam comercializar com as colônias) foi assim desfeito na prática em 1808, enfraquecendo uma série de comerciantes portugueses baseados ainda na Europa, que viam na permanência do regente – desde 1816 rei do Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves, por ocasião do falecimento de sua mãe Dona Maria I – por tanto tempo no território americano uma causa do enfraquecimento cada vez maior de Portugal enquanto pólo político e econômico do Império, situação agravada, a seu ver, pela elevação do Brasil à condição de Reino Unido desde 1815. As medidas tomadas acabaram sendo consideradas de formas distintas pelos membros da Monarquia Lusa. Segundo Emília Viotti, uma política de concessões para os diferentes lados em cena (como comerciantes estrangeiros, portugueses e “brasileiros” somados às necessidades da Coroa) por parte de dom João VI só teria alcançado, como resultado, o desagrado de todos.⁷⁷

Segundo Maria Odila da Silva Dias, tais tensões internas ao Reino Luso, como as aflições e desorganização econômica causadas pela invasão francesa em Portugal, somadas à abertura dos portos em 1810 e a manutenção de impostos extraordinários da época da invasão, levantaram novas questões e necessidades, como a reconstrução e modernização de Portugal, exacerbando assim as divergências políticas e que seriam problemáticas para manutenção do Reino Unido.

Logo, quando da convocação das Cortes (e dos deputados de todas as partes do Império português) devido à Revolução do Porto, em Lisboa reunir-se-iam todos os membros do Império. Entre os representantes das “Províncias da América” – desde 1815, “Reino do Brasil” –, houve destaque para os do Centro-

⁷⁶ Dias, *A interiorização da metrópole*, p. 165.

⁷⁷ Emília Viotti da Costa. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In Carlos Guilherme da Mota. *Brasil em Perspectiva*. 4º ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973, p. 78.

Sul da colônia, presentes em sua maioria, e que devido à trama de interesses políticos e mercantis tecidas em torno da família Real Portuguesa no Rio de Janeiro perceberiam uma situação claramente desfavorável aos seus interesses na tentativa de se retomar, por parte das Cortes, os privilégios portugueses anteriores à abertura dos portos e da transmigração da Família Real. Tais mudanças implicariam, por sua vez, a perda das vantagens obtidas pelos comerciantes e políticos “brasileiros” na transação. Tais contradições internas ao Império luso, geradas pela Revolução do Porto, tinham como razão principal a “causa brasílica”, deixada de lado nas discussões nas Cortes e que seria recolocada de forma cada vez mais politizada principalmente nos anos que antecederam e se seguiram à independência. Por causa disso o termo “nação” e todos os que a ele se referiam, como povo e brasileiro, começaram a ganhar um sentido mais fortemente político em suas definições entre os *portugueses* do lado de cá do Atlântico, que se sentiam cada vez mais *brasileiros*.

Nesse sentido, na formação do Estado teria avançado um processo de “interiorização da metrópole”. Conforme discutido por Maria Odila da Silva Dias, interesses distintos enraizados no Rio de Janeiro somados aos acontecimentos conservadores dos deputados nas Cortes de Lisboa desfavoráveis a causa brasílica teriam fortalecido a reunião de adeptos daquela causa, futuros *construtores* do Estado, que na época se confundia com a nação e com o Império, forjando uma unidade como forma de garantir as clivagens pré-existentes e também de consolidar uma “expansão para dentro”, que garantiria o processo de interiorização da metrópole. Consolidada a independência, ter-se-iam reunido em torno da nova Corte situada e enraizada no Rio de Janeiro (processo comandado pela burocracia local remanescente) as classes senhoriais imperiais, visando tanto a manutenção de interesses como o escravismo e manutenção da ordem social quanto o enfrentamento de situações internacionais complicadas como revoluções na Europa e a pressão inglesa sobre o tráfico de escravos – um dos pilares da monarquia brasileira.⁷⁸

A Corte Imperial, nesse sentido, ganhava destaque ao se transformar em uma espécie de palco no qual uma “trama de interesses” era tecida em torno do projeto político unitário do Império. Todos os principais atores políticos da época

⁷⁸ Dias, *A interiorização da metrópole*, p. 169-173, 180-181.

teriam sido levados para o espaço público efervescente em formação, fosse através presença em salões, nas praças, nas lojas maçônicas ou através de panfletos incendiários. Todos esses atores estariam envoltos por uma atmosfera fortemente política, quando a ordem já demonstrava certa invasão sobre o espaço privado, da Casa, e quando uma herança comum, mesmo que passando por algumas adaptações, ter-se-ia consolidado enquanto projeto político frente uma ameaça de “escravização” pelo lado português.⁷⁹

O nacional, num primeiro momento após a independência, passaria a identificar, sob um viés político, o outro, externo ao país. Dado esse primeiro passo, *nacional* passaria com o tempo a se referir a tudo aquilo que se vinculava à nova nação, deixando de fora dela aqueles que *politicamente* falando não a comporiam – nesses primeiros anos de independência principalmente o elemento português, ainda identificado ao passado colonial de exploração recente e também devido ao medo da possibilidade de tentativas de recolonização do país por parte de Portugal. Inseridos na idéia de nação, portanto, estavam os termos *povo* e *cidadão*: na nova nação em formação, composta por um povo pensado como reunião de habitantes, haveria um corpo de cidadãos que teriam voz e espaço político dentro daquela sociedade – os mundos sociais do Império, e dentro deles as hierarquias que tornariam uns mais do que outros. Dentro do mundo do governo, por exemplo, encontraremos o cidadão ativo, o que guiará ou escolherá a liderança para o país, assim como esbarramos com o cidadão simples, mero *membro* da nação, mas sem maiores espaços de participação política efetiva – com exceção da rua, espaço político por excelência durante o Império.

Novamente em cena o viés político da questão. Seguindo a lógica levantada por Pamplona, o “cidadão” seria a “pessoa honrada” que corresponderia ao grupo dos homens de propriedade e posição que fariam parte, portanto, da boa sociedade imperial. Ou ainda segundo Ilmar Mattos, inerente a esse processo de construção da cidadania, liberdade e Constituição estariam associadas em diferentes atores políticos, como Evaristo da Veiga em seu *Hino Constitucional Brasiliense* ou ainda José Bonifácio de Andrada em sua trajetória política nos anos próximos à independência brasileira, marcando ainda uma relação nova mesmo que baseada numa tradição antiga: “O construtor era também um herdeiro;

⁷⁹ Ilmar Mattos, *Construtores e Herdeiros*, p. 17.

o herdeiro, sobretudo, de um nome e de um território. E essa *herança* definiria também os marcos de uma *construção*” (grifos no original).⁸⁰ Essas heranças, segundo o autor, teriam conformado o campo de possibilidades disponível, mas também crescido com ele. Nesse sentido, concepções aparentemente concorrentes, como as em torno da figura de José Bonifácio na centralização do poder em torno do Imperador Pedro I, e aquelas de “democratas” que apesar do nome consideravam hierarquias dentro do povo político que seria representado na Assembléia de junho de 1822 eram marcadas, ambas, por um viés fortemente classicista ao manter concepções vigentes da Monarquia Lusa na construção e organização do Império do Brasil. Ainda segundo Ilmar Mattos:

A opção por *Império do Brasil* resgatava uma herança; expressava o primeiro triunfo de um projeto; revelava como os herdeiros eram também construtores; reafirmava o papel da cidade do Rio de Janeiro como *cabeça*; e evidenciava, sobretudo, como uma denominação distinguia-se, desde então, por enfeixar uma pluralidade de significações [grifo no original].⁸¹

O Império em formação colocaria em cena a representação na representação: anunciando sua expansão e perseguindo uma unidade, agora possíveis pela ação de uma autoridade única e centralizada, resgatava-se o antigo ideal de grande Império buscado pelo Reino português, reelaborado nos trópicos, garantindo ao novo país a força necessária – simbólica e política – para firmar-se como uma unidade coerente.⁸²

No essencial, a formação de tal unidade colocava em destaque o território: desde as guerras da independência elegeram-se os antagonistas das terras brasileiras, os outros, aqueles que não faziam parte do novo país. De fato, a própria Constituição de 1824 já focava a questão do território como viés definidor da causa brasileira, tema causador de grandes ambigüidades como levantado por Andrea Slemian: na definição da cidadania, o uso do termo *membros* da sociedade poderia estender e muito a questão, gerando intensos debates na Assembléia e na concepção da Constituição.⁸³

⁸⁰ Ilmar Mattos, *Construtores e Herdeiros*, p. 11.

⁸¹ *Ibid.*, p. 20.

⁸² Ilmar Mattos, *Construtores e Herdeiros*, p. 20.

⁸³ Slemian, *Seriam todos cidadãos?*, p. 839.

A própria Constituição deixava o problema em aberto no artigo 6º:

São Cidadãos Brasileiros: I. Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingênuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.⁸⁴

Na busca pela resolução de tal imprecisão, Slemian segue os debates dos constituintes. Apesar da referência à divisão do universo dos livres dos dos escravos e indígenas, não se previra uma possível confusão entre “cidadãos” e “membros” para o grupo de escravos e nativos. Era assim que a categoria “cidadãos” pretendia reforçar a divisão dos simplesmente “brasileiros”. Como destacado pelo deputado baiano Francisco Carneiro de Campos e citado pela autora,

poder-se-iam chamar simplesmente Brasileiros, a serem nascidos no país, como escravos crioulos, os indígenas, etc. mas a Constituição não se encarregou desses, porque não entram no pacto civil: vivem no meio da sociedade civil, mas rigorosamente não são partes integrantes dela.⁸⁵

Vergueiro seguia a mesma linha de argumentação, posto que

‘São Brasileiros’ daria ‘a entender que Brasileiro quer dizer Membro da Sociedade do Império do Brasil: o que não é exato, porque há escravos e indígenas, que sendo Brasileiros não são Membros da nossa sociedade’.⁸⁶

Efetivada a distinção a nível lingüístico, poder-se-ia configurar aí uma identidade política aos brasileiros. Tal problema, na prática, continuava presente e com sentido dúbio, tanto que José Bonifácio de Andrada se perguntava sobre esses excluídos do sistema constitucional, índios e negros escravos: formariam eles uma “multidão imensa de escravos brutais e inimigos?”.⁸⁷

O processo de independência do país teria criado, portanto, a liberdade frente à dominação metropolitana, porém não resolvera os problemas internos de

⁸⁴ BRASIL, Constituição Política do Império do Brazil (de 25 de Março de 1824), Art. 6.

⁸⁵ Apud Slemian, *Seriam todos cidadãos?* p. 840.

⁸⁶ Ibid., p. 840-841.

⁸⁷ Apud Ilmar Mattos, *Construtores e Herdeiros*, p. 21.

forma a gerar uma “nação moderna” no sentido europeu. A presença de diferentes mundos, ou “nações” dentro da nação (pensada enquanto território) dava forma a hierarquizações e diferenças que se reproduziriam também no corpo político.⁸⁸ Nesse processo, no entanto, uma herança teria prevalecido e guiado o mesmo: a herança territorial, da unidade e integridade do corpo político.

Essa herança, reapropriada, teria guiado “uma expansão para dentro” do novo território. O próprio nome do país, somado a presença do Imperador português de nascimento, causava certo temor e insegurança nos atores sociais quanto ao futuro do novo corpo político segundo Ilmar Mattos. Questões externas, como a constante presença da diplomacia britânica nas questões do Império do Brasil em Angola e na Cisplatina dariam novo limite ao país no sentido de pensar a questão da dominação espacial inerente ao significado do termo Império. Neste sentido, a relação continente-corpo político independente-nação se fortalecia nos limites do território americano, baseada em três pilares ainda segundo Ilmar Mattos: o Império do Brasil como parte de um todo, no caso das *nações civilizadas*, destacando suas semelhanças e particularidades; a *base escravista*, forçando a convivência entre distintos grupos hierarquizados por critérios de liberdade e propriedade (além da questão das “nações” africanas dentro do território do Império); por último a questão dos membros do *território*, ligando ao mesmo a idéia de *cidadania*: seriam cidadãos os que nele tiverem nascido.⁸⁹

Dados os limites externos e internos, somados à importância do território na construção do corpo político, a concepção de ordem tornara-se fundamental na definição do brasileiro, limitada a certo território onde se associavam *Império do Brasil* e *Nação Brasileira guiados pelo Estado Imperial* em construção. Na relação necessária com as províncias do território, identidades (política, sociais, culturais) antigas deveriam ser quebradas em nome da unidade, tornando necessário para isso que o Estado empreendesse uma expansão para dentro, que definiria fortemente a formação do Império em construção.⁹⁰

Outras formas de participação que iam além da política também eram possíveis após a independência, tendo como exemplos levantados por José Murilo de Carvalho o serviço do júri, que exigia alfabetização, e por causa disso seria

⁸⁸ Ilmar Mattos, *Construtores e Herdeiros*, p. 21-22; 25.

⁸⁹ *Ibid.*, p. 23-25.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 25-26.

mais intensa, pois o participante provavelmente adquiriria certa noção de lei, e a participação na Guarda Nacional, que passava a seus membros sentido de disciplina e autoridade legal.⁹¹ A participação em irmandades religiosas e associações e sociedades de auxílio eram opções de acesso, mesmo que por meios não oficiais e marcadas por um caráter mais assistencialista, aos direitos sociais. Outra forma de levar o futuro cidadão ao exercício pleno de sua cidadania se daria através de um método, digamos, tradicional, que garantiria, além disso, o controle ao Estado sobre a formação desses futuros participantes do espaço público: o ensino, tendo como *locus* privilegiado a escola.

Assim a *educação*, principalmente a de nível superior, aparece como uma das formas de se forjar tais identidades políticas. Dessa forma, a elite política, originada nos quadros das elites econômicas e com uma formação comum oferecida pelo Estado nas faculdades do Império, constituir-se-ia também numa elite intelectual, numa elite letrada, que passaria assim a agir em nome do Estado e da nação, da classe senhorial em resumo. Tal elite permanecia sendo, no entanto, uma “ilha de letrados num mar de analfabetos” segundo José Murilo de Carvalho,⁹² cuja ação política – que forneceria, através da ocupação social dessa elite inserida nos quadros burocráticos depois de formadas pelas faculdades, uma outra forma de controle, unificação e homogeneidade ideológica ainda segundo o autor – seria fortemente marcada por uma homogeneidade de interesses em nome da ordem e da monarquia. Num país onde o Estado é mais forte politicamente e a elite menos homogênea socialmente a *educação*, junto com o *treinamento*, forneceria as bases de conciliação e homogeneidade intra-elite.⁹³

Partamos, portanto, à escola. Vamos juntos com Pilar.

⁹¹ Carvalho, *Cidadania no Brasil*, p. 37.

⁹² Carvalho, *A Construção da ordem*, p. 65.

⁹³ *Ibid.*, p. 88.